EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO: os estudantes como protagonistas

SCHOOL DROPOUT IN THE TECHNICAL COURSE OF ADMINISTRATION: students as protagonists

Vera Lúcia Borges[I]
Célia Regina Vieira de Souza-Leite [II]
Maria Aparecida Bovério[III]
Raquel Gomes Meirelles[IV]

RESUMO

A presente pesquisa incide sobre a problemática da evasão escolar, e tem como objetivo principal, conhecer os fatores que levam à evasão dos alunos nos três módulos que compõem o curso Técnico de Administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto - SP - Brasil, do período vespertino, nos anos de 2016 até 1º semestre de 2018. Após o levantamento no sistema da Secretaria Acadêmica da escola, optou-se pela metodologia da pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, tendo como técnica a entrevista semiestruturada. Os resultados das entrevistas, de acordo com duas categorias principais construídas acerca dos elementos envolvidos na evasão escolar, indicam os motivos da escolha do curso e motivos da evasão do curso técnico em administração e, no âmbito dessas categorias, foram elencadas as subcategorias. Observou-se que o fator social e econômico dos alunos sobressai como primeiro ponto na evasão do curso, tornando vulneráveis as ações da instituição em busca de soluções para o controle dos números apresentados na pesquisa. Outro fator é o período do curso e a localização da escola que, por fatores educacionais e governamentais, contribuem para esses números. E, por fim, o fator socioeconômico da região, impactando nas decisões dos alunos para capacitação e desafios que o mercado de

[I] Mestrado em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda, Administração pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Professora da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto – SP – Brasil. E-mail: vera.borges4@etec.sp.gov.br

II Doutorado e Mestrado em Psicologia pela USP-RP, Especialização em Psicossomática e Psicossomática Clínica, Graduação em Ciências Biológicas-Modalidade Médica (CUBM-RP); Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogo pela USP-RP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado do Centro Universitário Moura Lacerda, Líder e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Constituição do sujeito no contexto escolar (CUML-RP/CNPq), Pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas Sexualidade vida (USP-RP/CNPq), Editora, de 2012 à 2020, da Revista Plures Humanidades do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto/SP. E-mail: celiapsico@uol.com.br

[III] Pós-Doutorado em Educação (UNESP-Rio Claro), Doutorado, Mestrado e Especialização em Educação (UNESP-Araraquara), Bacharel em Letras (Centro Universitário Moura Lacerda-Ribeirão Preto). Docente e pesquisadora da Faculdade de Tecnologia (Fatec) - Câmpus de Sertãozinho e Jaboticabal. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação Superior (GEPES) do Departamento de Educação da UNESP, Câmpus de Rio Claro, vinculado ao CNPq. E-mail: maria.boverio@fatec.sp.gov.br

[IV] Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca, Formação Pedagógica em Nível Superior para Docente da Educação Profissional pelo Instituto Federal de São Paulo (2017), Especialização em Docência no Ensino Superior e em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento. Professora, Assessora Técnica Administrativa e Coordenadora do Processo Seletivo (Vestibular) da Faculdade de Tecnologia Deputado Waldyr Alceu Trigo de Sertãozinho-SP-Brasil. E-mail: raquel.meirelles@fatec.sp.gov.br

trabalho impõe. Concluiu-se que a ETEC deve dar especial atenção à evasão no período vespertino, no que diz respeito à dependência de disciplina e excesso de faltas, uma vez que as demais causas de evasão identificadas entre os participantes da pesquisa não dizem respeito ao contexto interno da escola, mas são atribuídos a fatores considerados “positivos” do ponto de vista dos estudantes, uma vez que remetem a fatores como conseguir emprego, estágio, ingressar em cursos superiores ou mudança de turno de estudo.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Ensino Técnico de Administração. ETEC de Ribeirão Preto - SP

ABSTRACT

This research focuses on the problem of school dropout, and its main objective is to know the factors that lead to the dropout of students in the three modules that make up the Technical Administration course of ETEC José Martimiano da Silva in Ribeirão Preto - SP - Brazil, in the afternoon period, from 2016 to the first semester of 2018. After the survey in the school's Academic Secretary system, the field research methodology was chosen, with a qualitative approach, using the semi-structured interview as a technique. The results of the interviews, according to two main categories built about the elements involved in school dropout, indicate the reasons for choosing the course and reasons for dropping out of the technical course in administration and, within these categories, some subcategories were listed. It was observed that the social and economic factors of the students stand out as the first point in the course dropout, making vulnerable the actions of the institution in search of solutions to control the numbers presented in the survey. Another factor is the course period and the location of the school, which, due to educational and governmental factors, contribute to these numbers. And, finally, the socioeconomic factor of the region, impacting on the students' decisions for training and challenges that the labor market imposes. It was concluded that ETEC should pay special attention to the evasion in the afternoon period, with regard to failed subject and excessive absences, since the other causes of evasion identified among the research participants do not concern the internal context of the school, but are attributed to factors considered "positive" from the students' point of view, since they refer to factors such as getting a job, internship, entering higher education courses or change of study shift.

Keywords: School dropout. Technical School of Administration. ETEC of Ribeirão Preto - SP

Data de submissão do artigo: 25/05/2021.
Data de aprovação do artigo: 12/07/2021.
DOI: 10.33635/sitefa.v4i1.153

1 INTRODUÇÃO

O Governo do Estado de São Paulo, assim como algumas instituições privadas, tem formatado e implementado programas de qualificação profissional, ofertados de forma gratuita à comunidade, a fim de solucionar a escassez de mão de obra qualificada no país. Apesar dessas iniciativas governamentais, a evasão escolar persiste de forma recorrente nas escolas profissionalizantes, pois trata-se de um fenômeno que leva o aluno a abandonar o curso, rompendo de vez sua relação de aprendiz com a escola. A evasão escolar dos alunos nas Escolas Técnicas do Centro Paula Souza tornou-se um dos principais fatores que causam

consequências desfavoráveis ao funcionamento do curso, podendo culminar no fechamento dele, uma vez que o número reduzido de alunos no 3º módulo torna inviável a sua manutenção.

O interesse pela temática e a disposição para investigar a evasão dos discentes do curso Técnico de Administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto-SP-Brasil, do período vespertino de 2016 ao 1º semestre de 2018, se deu pelo fato desse curso ter uma excelente demanda e, no decorrer, o estudante opta por se evadir, sem justificar sua decisão e sem expor a real situação; outro fator é a falta de diálogo com ele, pois tranca o curso ou desiste, sem conversar com o corpo docente e coordenador, deixando apenas indícios, com colegas, de que ele foi embora. E essa evasão, uma vez considerada significativa para gestão do Centro Paula Souza, poderá culminar no fechamento do curso, com demissão de docentes ou redução da sua carga horária.

O objetivo principal desse estudo é conhecer os principais fatores que levam à evasão dos estudantes, nos três módulos que compõem o curso Técnico de Administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto-SP-Brasil, período vespertino. Acredita-se que exista a contribuição do ensino técnico para a formação, primeiro, de cidadãos críticos e reflexivos, mas, também, que avancem no campo do trabalho, no sentido de conquista individual e, no sentido coletivo, ajuda a dirimir as desigualdades sociais que estão no centro de qualquer discussão relacionada ao tema exposto.

A relevância desse estudo se apresenta como um indicador para o melhor aproveitamento dos discentes em cursos técnicos com oferta gratuita, enquanto algumas pesquisas apresentam resultados de que as principais causas da evasão são as dificuldades financeiras. Diante do cenário mencionado, os resultados dessa pesquisa poderão servir de material de suporte para futuras pesquisas com enfoque para a Educação Profissional e Políticas Públicas, uma vez que as contribuições abarcam diversas áreas do conhecimento, tornando-se fator positivo capaz de impactar diferentes segmentos da sociedade.

Dessa forma, o estudo pode contribuir no sentido de se constituir como base para outros estudos de diversas áreas, concedendo uma revisão bibliográfica sobre a temática da evasão. Pode, ainda, complementar estudos referentes à qualidade em educação profissional, além de introduzir discussões sobre as particularidades da evasão escolar no contexto da referida educação.

2 A EDUCAÇÃO PROFISIONAL NO BRASIL

> A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao "amparo" da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (MEC, 2009, p. 1).

Para Almeida e Suhr (2012), no campo da educação, nas primeiras décadas da República, as conquistas foram pequenas. A política educacional da época pretendeu democratizar o ensino primário, tanto que universalizou a ideia de uma rede de ensino primário, público, gratuito e laico, porém, o sistema criado foi insuficiente e insensível ao mundo do trabalho. Havia escassez de professores e escolas; apenas uma parte da população tinha acesso à instrução – a elite – acumuladora de capital, controladora do Estado e

patrocinadora da nação no novo sistema capitalista global, na introdução dos valores e modo de vida burguês e liberal.

Nilo Peçanha, na condição de governador do Estado do Rio de Janeiro, criou quatro escolas profissionais e, posteriormente, como presidente da República, em 23 de setembro de 1909, através do decreto nº 7.566, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, em várias unidades da federação e sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MARIANO, 2012).

Em 1937, ainda no governo Vargas, a lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937, foi promulgada. Dessa feita, transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz – então a única escola incumbida de formar professores para o ensino profissional no país – em Liceus Profissionais, cujo objetivo era irradiar no país o ensino profissional em todos os ramos e graus (BRASIL, 1937).

Em junho de 1946, o então presidente Dutra baixou o decreto-lei nº 9.043/46, de 25 de junho de 1946 (BRASIL, 1946), instituindo o Serviço Social da Indústria (SESI) e, também, o entregou à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Também em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e em 1990, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo – (SESCOOP) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE). O conjunto dessas organizações compôs o Sistema S (FIGUEIREDO; SALLES, 2017). No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no campo da educação, foi editado o decreto-lei nº 47.038/59 (BRASIL, 1959), que incorporou e regulamentou o Ensino Industrial como um ramo do ensino médio, pensado como uma derivação do ensino secundário. Apenas em 1961, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 4.024/61, foi permitida uma equivalência entre a educação geral, dos cursos propedêuticos, e o ensino profissionalizante, para fins de prosseguimento nos estudos, o que representou um avanço na educação brasileira (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, posteriormente revogada pela lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 tornou, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabeleceu: formar técnicos sob o regime da urgência. Naquele tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos (BRASIL, 1971). Conforme explicou Pinto (2018), a partir da Revolução Industrial, houve alteração nos métodos de trabalho, passando de uma organização do processo de produção artesanal, característico das corporações de ofício, para a manufatura, no momento inicial da revolução, a partir de meados do século XIX.

Em 1978, o Governo Geisel com a lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), autorizando-os a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Produção, com o objetivo de formar auxiliares e técnicos de nível médio e, também, em nível superior de graduação e pós-graduação, visando formar engenheiros industriais, tecnólogos e professores, para trabalhar nos níveis médio e tecnológico, processo esse que se estendeu a outras instituições muito mais tarde (VICTÓRIO, 2013). Foi nos anos 1980, século XX, que se desenvolveram importantes mecanismos democráticos de participação popular, resultando em melhorias nas áreas da saúde, do trabalho e dos direitos humanos. Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal, que recebeu a alcunha de “cidadã” e preconizou a necessidade da criação de uma

nova lei para a educação, a qual superasse a fragmentação da lei nº 5692/71 e representasse o movimento em prol da educação de qualidade para todos (BRASIL, 1971; BRASIL,1988).

Ao longo dos anos 1990, na esteira da reestruturação produtiva e dos processos inerentes a globalização, difundiram-se as ideias que balizaram o novo período na economia nacional, onde o fundamental na educação profissional era a formação da capacidade individual, da qualificação e da competência para o mercado de trabalho da época. Políticas econômicas foram implantadas no decorrer da gestão, dos então presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do Plano Real, baseado em moeda forte e inflação baixa, caminhando no sentido do avanço da reestruturação produtiva combinada com a abertura do mercado nacional à competição internacional, nas privatizações em larga escala, nas reformas da administração pública, que levaram à "perda pelo Estado do papel de ator principal na coordenação das políticas macroeconômicas" (CASTIONI, 2010, p. 43).

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a atual LDB, lei nº 9394/96, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, trazendo concepções mercadológicas, devido a sua organicidade atrelada às necessidades da reestruturação capitalista. A Educação Profissional recebeu um capítulo separado da Educação Básica. Importante inferir que se excluíram o enfoque assistencialista e o preconceito social das primeiras legislações de educação profissional do país, com a proposta da inclusão social e a democratização dos bens sociais da sociedade (BRASIL, 1996). A educação profissional é objeto de grandes discussões acadêmicas e, também, alvo de interesse dos sindicatos. A LDB lei nº 9.394/96 consolidou a dualidade entre o último período da educação básica, que passou a ser chamado de Ensino Médio, e a Educação Profissional. No entanto, o texto era confuso e a educação profissional não constava no ensino básico, tampouco no ensino superior. Diante do quadro descrito, ocorreu a separação entre o ensino médio e a educação profissional oriunda de um Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo – PL n º 1.603 – que foi contemplado no decreto n º 2.208/97 (BRASIL, 1997). Em 1997, mediante o decreto nº 2.208/97, houve a regulamentação dos artigos 36 e de 39 a 41, da lei nº 9.394/96. A Reforma mudou o perfil das escolas profissionalizantes em todo o país. Não obstante, o decreto nº 2.208/97 foi substituído pelo decreto-lei Nº 5.154, e, em 23 de junho de 2004, retomou a oferta da Educação Profissional pela Rede Pública Estadual e prevê seu desenvolvimento por meio de cursos e programas, conforme prescrito em seu art. 1º:

I - Formação inicial e continuada.

II - Educação profissional técnica de nível médio.

III - Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 1997).

Um ano após a criação do decreto nº 5.154/04, o que se observou foi justamente o contrário. Por meio de ações do MEC, como o desenvolvimento do Programa Escola de Fábrica que visava apenas à aprendizagem profissional e à desvinculação da política do ensino médio da SEMTEC, foi consolidada a separação entre os ensinos básico e profissional (BRASIL, 2004). O decreto nº 5.840/06 foi instituído no âmbito federal, bem como os ensinos fundamental, médio e educação indígena. Ainda em 2006 aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, com 2.761 participantes. Esse evento foi precedido por conferências em 26 estados e no Distrito Federal, sendo a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história. Em 2007, o lançamento da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja meta era entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, com oferta de cursos de qualificação, de

ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional (VICTORIO, 2013).

Diferentes cenários se apresentaram por distintas concepções governamentais ao longo da trajetória das escolas federais, com ofertas de cursos profissionalizantes que atendam às demandas do mercado, proporcionando melhor qualidade no ensino e formando profissionais que ocupem vagas de trabalho. No governo Dilma Rousseff, mais programas foram desenvolvidos pelo MEC, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A sequência governamental deu continuidade às mesmas políticas dos Estados nacionais, atendendo exigências dominadoras sobre a instrumentalização da Educação para o Trabalho, obedecendo aos interesses da economia e da globalização, em dimensões totais. Atualmente a educação profissional está sendo oferecida formalmente através de instituições públicas ou privadas, seja como oferta regular, seja por meio de programas e cursos, alguns contando com apoio financeiro dos governos e outros com apoio de empresários interessados na qualificação de mão de obra. Acredita-se que as concepções e práticas governamentais atuais, ainda que possam ser questionadas em alguns de seus aspectos, notadamente quanto à forte vinculação ao mercado e ao atendimento às demandas empresariais, diferem das perspectivas neoliberais mais conservadoras que marcaram a gestão pública dos anos 1990. Verifica-se que há um apelo de ajuda para que sejam criadas medidas mitigatórias para modificar esse cenário que há muito tempo predomina. A criação de cursos profissionalizantes que atuem de forma mais efetiva, sem a alienação influenciada pelos aparelhos ideológicos, são alternativas viáveis à formação para profissionais que realmente querem melhorar sua atuação laboral e a relação na sociedade. Essas pequenas mudanças são contributos à construção de um novo projeto de nação, voltada para a erradicação da desigualdade social (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013).

Conforme posicionamento, a relação fragmentada entre o ensino técnico para as atividades manuais e o ensino propedêutico (atividades intelectuais) aponta a necessidade de apoio para que o ensino profissional possa se desvencilhar dessa dicotomia separatista, para não adentrar (ou continuar) em um campo alagadiço que, conforme já mencionado nos estudos, trata-se de uma reprodução alienada de conceitos e práticas que reforçam a disseminação das desigualdades econômicas da nação (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013).

Nesse contexto, o objetivo principal desse estudo é conhecer os principais fatores que levam a evasão dos/das alunos/as nos três módulos que compõem o curso técnico em administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto-SP-Brasil, pois acredita-se que exista a contribuição do ensino profissionalizante para a formação, primeiro, de cidadãos críticos e reflexivos, mas também que avancem no campo do trabalho, no sentido de conquista individual e, no sentido coletivo, ajudar a dirimir as desigualdades sociais que estão no centro de qualquer discussão relacionado ao tema exposto nesse artigo. Por isso, esse breve recorte histórico trouxe à luz de esclarecimentos algumas políticas consideradas relevantes para o Estado brasileiro, direcionadas para educação profissional.

2.1 O Curso de Administração no Brasil

O contexto para a formação do administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros na década de quarenta. Por volta de 1960 a administração começou a ser reconhecida, conquistando espaço, importância e *status* na atividade profissional. A partir desse período, acentua-se a necessidade de mão de obra qualificada e, consequentemente, da profissionalização do ensino de administração. A lei n º 4.769, que regulamenta a profissão,

só foi aprovada no dia 9 de setembro de 1965, dia em que se comemora o dia do administrador, no governo do então presidente Castelo Branco (BRASIL, 1965). Havia uma importância da profissão Administração na formação de pessoal especializado para a planificação de mudanças, assim como da criação de centros de investigação para dar suporte às questões econômicas e administrativas, em uma sociedade que passava de um estágio agrário para a industrialização (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2019).

A necessidade de formação de quadros tecnicamente capacitados constituiu outro elemento relevante para o estabelecimento do ensino de Administração no Brasil. É pretensão específica dessa seção trazer a sua função, a lei que a originou, entre outras afirmações que discorrerão nessa leitura. A profissão no curso de Administração foi regulamentada pela lei nº 4.769/65. Os cursos técnicos surgem como uma opção para atender a demanda de mercado, cujo foco consiste em profissionalizar e qualificar a mão de obra para atuação. A função do curso técnico consiste em capacitar o aluno em conhecimentos teóricos e práticos, visando acesso ao mercado de trabalho. Para que essa prerrogativa seja atendida, o aluno deverá ter concluído o ensino médio ou cursá-lo juntamente. Do período relatado muita coisa evoluiu em relação a essa modalidade de ensino: o ensino técnico deixou de ser fundamental e passou a ser considerado como curso de nível médio, permitiu acesso aos alunos que porventura os curse e pretendam acessar o ensino superior (FERREIRA *et al*., 2017).

Para incentivar o ingresso de alunos no Curso Técnico em Administração o governo federal instituiu, em 2011, por meio da lei nº 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Era intenção do programa ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional de jovens, em sua maioria aqueles que buscam o aprendizado de uma profissão para acesso ao mercado de trabalho e/ou complementação acadêmica, já que pode ser cursado simultaneamente ao ensino médio regular, e até mesmo para aprimoramento constante de seus conhecimentos e qualificação. Compreende-se, portanto, que o Técnico em Administração deverá ter o perfil semelhante ao do próprio administrador, tendo em vista, dar suporte ao mesmo em diversas situações (FERREIRA *et al.,* 2017).

A ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto-SP-Brasil, participante dessa pesquisa, recebeu um terreno para a construção da escola, que também foi conhecida com o nome de Industrial, doado pela prefeitura da cidade que tinha como representante João Rodrigues Guião. O início da construção foi em 1922 e foi inaugurada em 1927, com o nome de Escola Profissional de Artes e Ofícios. Os primeiros cursos da instituição foram de Mecânica, Marcenaria, Fundição, Eletricidade, Desenho e Costura. Com a Revolução Constitucionalista de 1932, a escola cooperou com a fabricação de artigos como: Quepes Blusas, Calças, Ataduras e Alimentação para voluntários, como também materiais bélicos com fundição e preparo de granada. A marcenaria confeccionava cabos de madeira para fuzil e outros equipamentos bélicos. Em 1946, em homenagem ao seu idealizador, a Escola Industrial passou a ser chamada de José Martimiano da Silva, então pertencente à Secretaria Estadual da Educação, passou a ser mantida pelo Centro Paula Souza. Criada pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré, o Centro iniciou suas atividades em 1970. Na época, a instituição CPS dedicava-se exclusivamente ao Ensino Superior, no início da década de 1980 ampliou sua atuação, incorporando 12 unidades de Ensino Técnico de nível médio, as chamadas escolas técnicas estaduais. Em 1994, foram incluídas outras 82 unidades, entre elas a ETEC José Martimiano da Silva que, atualmente, possui um corpo docente de 150

professores e três mil alunos, distribuídos em diversos cursos profissionalizantes, todos com registros em seus respectivos conselhos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando-se que o trabalho apresenta como objetivo conhecer os principais fatores que levam à evasão dos estudantes nos três módulos que compõem o curso Técnico em Administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto/SP, período vespertino, optou-se nesse estudo pela pesquisa de campo qualitativa, tendo como técnica a entrevista semiestruturada, possibilitando investigar a realidade (o fenômeno) com mais profundidade. O intuito foi o de entender o que pensam os alunos quando adentram as salas de aula de um curso técnico e, com o passar de algum tempo, resolvem abandonar, parar, evadir-se, sem apresentar motivos que justifiquem a ação. Portanto, é intenção compreender esse fenômeno tão prejudicial para todos os atores, quais sejam os discentes, a instituição de ensino e o próprio mercado de trabalho.

3.1 Materiais

Para dar sustentabilidade teórica, foi feito um levantamento bibliográfico, na qual foram utilizadas as bases de dados da CAPES, *Google* acadêmico, *Scielo*, sendo incluídos livros e artigos relacionados à evasão do curso técnico, educação profissional. Para tanto, o recorte utilizado para compor a amostra são alunos evadidos do curso Técnico em Administração, no período vespertino de 2016 a 1º semestre de 2018.

3.2 Métodos

A entrevista "é uma forma de manter uma postura descritiva além de buscar uma imersão no discurso do/a entrevistado/a. Essas sínteses devem ser feitas usando-se o vocabulário do/a entrevistado/a" (SZYMANSKI, 2002, p. 43). O interesse surgiu pela temática que investiga o fenômeno a evasão escolar na educação técnica profissionalizante a partir da experiência do trabalho desenvolvido por uma das autoras desse artigo, durante o período em que foi coordenadora do curso em estudo no período de 2016 a 2018, pois se percebe que a ETEC tem uma excelente demanda, e no decorrer do curso, o estudante evade-se, sem de fato apresentar seus reais motivos, pois tranca o curso ou simplesmente desiste, sem conversar com o corpo docente e coordenador, deixando apenas indícios com colegas de que foi embora. Essa evasão, uma vez significativa para gestão do Centro Paula Souza, poderá culminar no fechamento do curso com demissão de docentes, ou redução da sua carga horária. A Tabela 1 representa a demanda candidato/vaga no período estabelecido para essa pesquisa.

Tabela 1 - Relação candidato/vaga

Curso Técnico em Administração período vespertino			
Semestre/ano	**Demanda (40 vagas)**	**Concluintes**	**Evadidos**
1º 2016	171	30	10
2º 2016	164	30	10
1º 2017	182	25	15
2º 2017	181	21	19
1º 2018	179	21	19
Total			**73**

Fonte: Elaborada pelas autoras (2020) com os dados oriundos da pesquisa

O estudo foi projetado para pesquisar 73 alunos (as); desses, foram pesquisados 13 alunos (as) evadidos dos 1º, 2º e 3º módulos do curso técnico de Administração, do período vespertino, durante os anos de 2016, 2017 e 1º semestre de 2018, uma vez que o curso tem duração de três semestres, isto é, um ano e seis meses, sendo que os dados foram coletados na Secretaria Acadêmica (CENTRO PAULA SOUZA - CETEC, 2019). As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, não perdendo de vista as perguntas norteadoras, permitindo que os alunos dissessem o que pensassem e não necessariamente o que o pesquisador quisesse ouvir, baseada em duas perguntas:

1) Por que você escolheu o curso técnico em Administração?

2) Por que você parou o curso?

Essas perguntas foram norteadoras para o início da entrevista e proporcionou que elas fossem realizadas por meio da entrevista semiestruturada que, segundo Szymansky (2002), tem como objetivo proporcionar liberdade para os entrevistados desenvolverem cada situação na melhor direção que considerem adequada, com possibilidades de explorar mais amplamente a questão proposta. A Secretaria Acadêmica da ETEC José Martimiano da Silva forneceu a relação de alunos desistentes ao longo do curso Técnico em Administração do período vespertino, do 1 º semestre de 2016 até 1º semestre de 2018. Cada uma das turmas tem suas peculiaridades relacionadas ao perfil dos ingressantes, dos docentes do curso, infraestrutura da escola e de outros fatores, que não permitem uma comparação entre os alunos, porém alguns fatores comuns de evasão são detectados durante as entrevistas. O contato com os alunos foi realizado com data e hora marcada pela pesquisadora por meio de telefone e agendamento por *WhatsApp*, com visitas no local de trabalho e na residência dos alunos. Antes de iniciar a entrevista a pesquisadora esclareceu o intuito dela para os alunos, entregando-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A todo o momento da entrevista, foi enfatizado que o nome dos participantes seria mantido em sigilo, salientando, também, a importância da sua participação para uma melhor compreensão sobre a evasão no curso técnico de Administração da ETEC José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto/SP. As análises foram feitas seguindo-se as orientações de Szymansky (2002), que se sintetizam em: ler todas as respostas várias vezes, elencar os “trechos” significativos (unidades de significado) para a pesquisa; reunir em categorias e analisá-las; fazer uma síntese das categorias para ter uma visão geral das respostas obtidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio das entrevistas e, com fundamento no referencial teórico, foi feito o processo de categorização. No âmbito das categorias principais foram identificadas as subcategorias a elas relacionadas.

A 1ª categoria diz respeito aos motivos da escolha do curso. Nessa categoria foi possível obter os seguintes resultados, ou seja, as subcategorias a seguir. Assim, pode-se identificar que os motivos dos alunos terem escolhido o curso, objeto dessa pesquisa são:

- Curso técnico em administração antes de definir o curso de graduação.
- Incentivo da família e colegas.
- Indecisão na escolha de um curso após o ensino médio.
- Mudar o curso de sua escolha e atender a demanda da cidade onde mora.
- Administração é um curso muito abrangente, engloba muitas áreas e cargos.
- Escolha de um curso técnico em escola gratuita; e

- Identificação com o curso.

Analisando-se os resultados é possível inferir que a escolha pelo curso influenciou diretamente nos motivos da evasão, uma vez que a "escolha" pelo curso, no caso dos alunos evadidos, não foi uma "primeira escolha" e, em alguns casos, não foi feita exclusivamente pelos entrevistados, mas por influência da família e amigos.

Assim, somente essa última categoria "identificação com o curso" não dá margem de justificar a desistência do curso, pois, ao analisar as demais categorias, é possível analisar que:

- Tão logo o entrevistado conseguisse ingressar em uma graduação desistiria do curso.
- Houve incentivo da família e de colegas, pois os pesquisados não tinham certeza de que era o curso que desejavam, o que os levou a desistir.
- A indecisão leva o aluno a evadir, tão logo ele encontre quaisquer obstáculos.
- Ao mudar o curso para atender à demanda de trabalho da cidade, o estudante opta por um curso o qual não foi sua primeira opção e isso o leva a desistir.
- O fato de a administração ser abrangente não garantiu que os entrevistados concluíssem o curso.
- A gratuidade do curso foi o motivo da escolha, mas somente a gratuidade não garante a conclusão.

A 2ª categoria aborda os motivos da evasão do curso. Nessa categoria foi possível obter os seguintes resultados, ou seja, as subcategorias a seguir. Assim, pode-se identificar que os motivos dos alunos evadirem o curso, objeto dessa pesquisa são:

- Dependência de disciplina e excesso de faltas.
- Precisam de tempo para estudar para o vestibular.
- Aprovação na Faculdade.
- Não identificação com o curso.
- Dificuldade financeira familiar.
- Falta de recursos financeiros para o transporte.
- Entrar ou permanecer no mercado de trabalho.
- Empregabilidade e estágio.

Verifica-se que a maioria dos motivos da evasão do curso técnico em Administração, do período vespertino, não diz respeito ao contexto interno da escola. Apenas uma subcategoria está intrinsecamente relacionada ao contexto interno que é a "dependência de disciplina e excesso de faltas".

Assim, pode-se inferir que vários motivos que levaram os pesquisados a evadir o curso no período vespertino são "positivos" do ponto de vista dos evadidos, pois estudar para o vestibular pressupõe o ingresso no ensino superior e aprovação na faculdade também é significativa, pois é um nível de ensino acima do nível técnico.

O motivo de evadir por não se identificar com o curso também é um motivo extrínseco ao contexto escolar, pois cada pessoa tem suas próprias preferências e não se pode tentar convencê-las do contrário, pois seria antiético por parte da escola.

A análise da pesquisa indicou, ainda, que os principais motivos "negativos" atribuídos à evasão, também são de ordem externa, especialmente relacionados às questões de origem socioeconômica que interferem diretamente na falta de condição financeira de custear até o transporte, ou mesmo da necessidade de trabalhar.

Outro motivo é a necessidade de estágio, que nesse caso, chamou a atenção na pesquisa, pois difere totalmente do conceito de evasão escolar presente na literatura. Isso

porque, nas ETECs, existe a “evasão por turno”, ou seja, o aluno não desistiu do curso, mas transferiu para o período noturno, por ter encontrado um estágio que coincidiu com o período das aulas (vespertino) e, por isso, optou pela mudança para o período noturno. Apesar disso, nas ETECs essa situação é considerada formalmente como uma “evasão por turno”.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica proporcionou concluir que os cursos técnicos surgiram como uma opção para atender a demanda de mercado, tendo em vista que o mercado necessita de pessoas que possam responder ativamente às demandas empresariais e agora, as demandas empresariais precisam entender que as pessoas também têm suas próprias demandas. Apesar de “precário” o ensino profissional também ensinou aos estudantes a tomar as melhores decisões para si e os seus.

Percebeu-se, através da pesquisa de revisão bibliográfica, que a evasão escolar se caracteriza como fenômeno social complexo, em que fatores como a evasão de curso, a desistência, o abandono da escola, a evasão do sistema, são fatores que impactam das relações positivas pelas quais dependem das características da estrutura escolar, sendo assim esses fatores não podem ser analisados isoladamente.

Por isso, partindo-se da realidade de que a evasão escolar se apresenta como fenômeno persistente em todas as modalidades de ensino, ao longo da história da educação brasileira, na pesquisa realizada na ETEC, foi possível avaliar e concluir, por meio de uma análise qualitativa, que a maioria dos motivos da evasão do curso técnico em Administração, do período vespertino, não diz respeito ao contexto interno da escola. Apenas uma subcategoria está intrinsicamente relacionada ao contexto interno que é a dependência de disciplina e excesso de faltas. Assim, como dito anteriormente os vários motivos que levaram os pesquisados a evadir o curso no período vespertino são “positivos” do ponto de vista dos evadidos.

Pode-se concluir, finalmente, com essa pesquisa que a ETEC deve dar atenção à evasão no período vespertino, no que diz respeito à dependência de disciplina e excesso de faltas, sendo que um fator está diretamente relacionado ao outro, uma vez que o excesso das faltas ocasiona a dependência na disciplina, seja pela ausência do aprendizado porque se o estudante faltou ele não aprendeu, ou ainda, pelo fato de ele ter extrapolado o limite permitido de ausências, o que também causa a dependência. Esses são os fatores mais agravantes identificados nos resultados da pesquisa, sendo que os motivos dessas ausências, identificados durante as entrevistas, são oriundos das condições socioeconômicas dos alunos.

Como sugestão para a escola pesquisada, assim como para trabalhos futuros, pode ser realizado um projeto que contemple essa questão, se atentando aos motivos específicos que levam os alunos às faltas e intervir no que for possível. Igualmente importante é o acompanhamento pedagógico durante a avaliação dos estudantes, proporcionando-se todas as condições necessárias durante o processo de ensino e aprendizagem, para que se evitem as evasões por esses motivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andrea Cristina de; SUHR, Inge Renate Fröse. **Educação profissional no Brasil**: a construção de uma proposta dual. **Revista Intersaberes**, v. 7, n. 13, p. 81-110, jan./jun. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/páginas/23/2004/5154.htm. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 de jul. 2019.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5692.htm. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Lei nº4.769, de 9 de setembro de 1965**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4769.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 47.038/59, de 16 de outubro de 1959**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 9.043/46**, **de 25 de junho de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

CASTIONI, Remi. **Educação no mundo do trabalho**: qualificação e competência. São Paulo: Francis, 2010.

CENTRO PAULA SOUZA (CPS) CETEC. **Competência em Educação Pública Profissional.** Disponível em: http://www.cpscetec.com.br/. Acesso em: 17 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **50 anos que fizeram história**: jubileu de ouro: Sistema CFA/CRAs / Conselho Federal de Administração. 2. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/acervo_digital/jubileu-ouro-50anos/files/assets/common/downloads/jubileu-de-ouro-50-anos.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019

FERREIRA, Camila Cristina de Jesus; MENEZES, Lis; BARBOSA, Marcus Vinícius; LUCAS, Giovana Azevedo Pampanelli. Influência do curso técnico pela escolha da graduação em administração. **Revista Valore**, Volta Redonda, vol. 2, n. 1, p. 08-33, junho/2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 2017.

INDUSTRIAL RP. **ETEC Ribeirão Preto.** 2019. Disponível em: http://www.industrialrp.com.br/. Acesso em: 28 jul. 2019.

MARIANO, Cibele Marques. **Evasão do curso técnico de administração noturno, numa escola de Telêmaco Borba (PR).** Monografia (Graduação), Curitiba-MG, 2012, 56 p. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2637/1/CT_GPM_III_2012_10.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Carlos; CÓSSIO, Maria de Fátima. O atual cenário da educação profissional no Brasil. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 23 setembro de 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8126_4720.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

PINTO, Tales dos Santos. **Princípios do Taylorismo**. Disponível em: https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/principios-do-taylorismo.htm. Acesso em: 13 mar. 2018.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. Capítulo 1. p. 9-58. In: _____. (Org.). ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora. 2002. Série Pesquisa em Educação. v. 4.

VICTORIO, Antônio Carlos. **Educação profissional e técnica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. 69 f. Monografia (Graduação Pedagogia). Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6165/1/2013_%20AntonioCarlosVictorio.pdf. Acesso em: 16 nov.2019.